DOI: 10.33242/rbdc.2025.02.012

A IMAGEM FORMADA ATRAVÉS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO OBJETO DE TUTELA DO DIREITO CIVIL

THE IMAGE FORMED THROUGH ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS AN OBJECT OF CIVIL LAW PROTECTION

Caroline Miceli Maciel de Sousa

Cientista Social. Advogada. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Orcid: https://orcid.org/0009-0002-9235-8562 *E-mail*: caroline_miceli@hotmail.com

Resumo: O presente artigo visa analisar o conceito de direito à imagem diante das novas tecnologias de inteligência artificial e *deepfake*, sobretudo no que concerne às pessoas falecidas colocadas em situações que, pela história de vida delas, provavelmente não se repetiriam caso estivessem vivas. Como objetivo geral tem-se a análise dos conceitos de direito à imagem em face de novas tecnologias. Como objetivos específicos temos a análise da tutela do direito à imagem no Direito Civil brasileiro e se essa tutela é adequada para salvaguardar a imagem e a honra com o advento da inteligência artificial. Para tanto, analisou-se o comercial de comemoração dos 70 anos da empresa alemã Volkswagen no Brasil, com a participação da cantora Maria Rita e a reprodução, por meio de inteligência artificial, de sua mãe, a também cantora Elis Regina, morta em 1982. Como metodologia, o presente artigo utilizou-se de revisão bibliográfica aplicando-se o método hipotético-dedutivo, tendo chegado à conclusão de que os conceitos tradicionais que envolvem o direito à imagem não são suficientes para salvaguardar os direitos de personalidade em face das novas tecnologias de inteligência artificial.

Palavras-chave: Direitos de personalidade. Inteligência artificial. *Deepfake*.

Abstract: This article aims to analyze the concept of Personality Rights in the face of new artificial intelligence and deep fake technologies, especially with regard to deceased people placed in situations that, due to their life story, would probably not be repeated if they were alive. The general objective is to analyze the concepts of Personality Rights in the context of new technologies. As specific objectives we have the analysis of the protection of Personality Rights in Brazilian Civil Law and whether this protection is adequate to safeguard image and honor with the advent of artificial intelligence. To this end, it was analyzed the advertisement celebrating the 70th anniversary of the German company Volkswagen in Brazil, with participation of the singer Maria Rita and the artificial intelligence reproduction of her mother, also a singer, Elis Regina, who died in 1982. As a methodology, this article used a bibliographical review applying the hypothetical-deductive method, having reached the conclusion that the traditional concepts involving Right to the image are not sufficient to safeguard Personality Rights in the face of new technologies of artificial intelligence.

Keywords: Personality rights. Artificial intelligence. Deepfake.

Summary: **1** Introdution – **2** Right to image – **3** Right to image in the Brazilian legal system – **4** Post-mortem image protection – **5** Need to regulate the right to post-mortem images Specific case: Elis Regina and Volkswagen – **6** Conclusion – Bibliography

Sumário: **1** Introdução – **2** Do direito à imagem – **3** O direito à imagem no ordenamento jurídico brasileiro – **4** A proteção da imagem pós-morte – **5** Necessidade de regular o direito à imagem pós-morte. Caso concreto: Elis Regina e a Volkswagen – **6** Conclusão – Referências

1 Introdução

O avanço das tecnologias digitais e a rápida evolução da inteligência artificial têm trazido consigo uma série de desafios éticos, legais e sociais, particularmente no que diz respeito aos direitos individuais e à privacidade das pessoas, inclusive após sua morte. Entre esses direitos, destaca-se o direito à imagem, que ganha novas dimensões diante das possibilidades proporcionadas pela tecnologia.

No presente artigo, exploraremos o conceito do direito à imagem, sua importância no contexto contemporâneo e os desafios que surgem com o desenvolvimento das novas tecnologias e inteligência artificial. Nesse intento, abordaremos questões éticas e jurídicas relacionadas ao uso da imagem de pessoas falecidas utilizando um caso concreto de repercussão nacional, qual seja: a utilização da imagem reproduzida através de inteligência artificial de uma cantora popular brasileira no comercial de 70 anos da presença de uma marca de veículos no Brasil.

O direito à imagem é um dos direitos de personalidade reconhecidos pelo ordenamento jurídico em diversos países, incluindo o Brasil. Ele diz respeito ao direito de uma pessoa controlar o uso de sua própria imagem, bem como de decidir sobre sua reprodução, exposição e utilização em diversos contextos.

Este direito é essencial para proteger a privacidade e a dignidade das pessoas, garantindo que elas tenham controle sobre como sua imagem é utilizada e como são representadas na sociedade. Além disso, o direito à imagem está intimamente ligado à noção de identidade pessoal, refletindo não apenas a aparência física de uma pessoa, mas também sua reputação, identidade e autoestima.

No contexto contemporâneo, o direito à imagem tornou-se ainda mais relevante devido à proliferação das tecnologias digitais, que permitem a captura, armazenamento e disseminação rápida de imagens em escala global. Com a utilização de inteligência artificial, programas tecnológicos são capazes de recriar a imagem de pessoas já falecidas, utilizando as *deepfakes*, isto é, trocando o rosto de pessoas em vídeos, sincronizando movimentos labiais, expressões e demais detalhes, resultando em reproduções idênticas às reais.

Portanto, o avanço das tecnologias digitais também apresenta desafios significativos para a proteção do direito à imagem. Uma das questões mais prementes é o uso indevido da imagem de pessoas falecidas, especialmente à luz das possibilidades oferecidas pela inteligência artificial.

Com o desenvolvimento de algoritmos avançados de reconhecimento facial e técnicas de manipulação de imagens, tornou-se possível criar representações digitais de pessoas falecidas com um nível impressionante de realismo. Essas representações podem ser utilizadas em diversos contextos, desde fins comerciais até entretenimento e até mesmo interações pessoais, levantando questões éticas e legais sobre consentimento, privacidade e dignidade das pessoas representadas.

Além disso, a disseminação de *deepfakes* – vídeos manipulados que parecem genuínos, mas na verdade são produzidos artificialmente – apresenta um desafio adicional ao direito à imagem. Essas tecnologias podem ser utilizadas para criar vídeos de pessoas falecidas realizando ações ou discursos que nunca ocorreram, gerando confusão e potencialmente prejudicando a reputação e a memória dessas pessoas.

Diante desses desafios, surgem várias considerações éticas e jurídicas sobre o uso da imagem de pessoas falecidas em meio às novas tecnologias e inteligência artificial. Em primeiro lugar, há a questão do consentimento: as pessoas falecidas não podem mais consentir ou contestar o uso de sua imagem, o que levanta questões sobre quem deve ter o direito de tomar decisões sobre o uso dessas representações digitais. Acreditamos que deixar tal decisão somente para os herdeiros não será capaz de tutelar o direito à imagem diante dos novos desafios que se impõem.

Além disso, há preocupações sobre o impacto emocional e psicológico que o uso indevido da imagem de pessoas falecidas pode ter sobre seus entes queridos e sobre a sociedade como um todo. A criação de representações digitais de pessoas falecidas pode distorcer a memória dessas pessoas e causar dor e sofrimento aos seus familiares e amigos.

Do ponto de vista jurídico, os sistemas legais precisam se adaptar para lidar com esses novos desafios. É necessário revisar e atualizar as leis de proteção à imagem e à privacidade para abordar adequadamente as questões levantadas pela tecnologia digital e pela inteligência artificial. Isso pode envolver a criação de novas regulamentações, bem como a interpretação que abarque uma maior proteção diante do caso concreto, para garantir a proteção efetiva dos direitos individuais em um ambiente digital em constante evolução.

Em suma, o direito à imagem de pessoas falecidas enfrenta desafios significativos diante das novas tecnologias e inteligência artificial. É essencial encontrar um equilíbrio entre o avanço da tecnologia e a proteção dos direitos individuais, garantindo que as representações digitais de pessoas falecidas sejam utilizadas

de forma ética e respeitosa. Isso exigirá uma colaboração entre legisladores, juristas, profissionais de ética e sociedade em geral para desenvolver soluções que protejam a dignidade e a privacidade das pessoas, mesmo após sua morte, em um mundo cada vez mais digitalizado.

O método científico utilizado no presente artigo é o hipotético-dedutivo, diante da percepção de uma lacuna jurídica quanto à tutela do direito à imagem e à honra de pessoas falecidas em face das novas tecnologias de inteligência artificial, emergindo a postulação de que o ordenamento jurídico brasileiro não possui regramento suficiente para salvaguardar tais direitos de personalidade, devendo ser realizadas novas interpretações, bem como a propositura de normas que abarquem essas novas realidades.

2 Do direito à imagem

No rol de direitos da personalidade[1] amparados pelo ordenamento jurídico brasileiro, o direito à imagem tutela a representação física das pessoas, seja por meio de fotografias, filmes, vídeos, pinturas e outros meios que reproduzam o rosto ou partes do corpo da pessoa, sinais físicos ou gestos que possam servir à sua identificação e reconhecimento.[2]

Com o advento da inteligência artificial, conceituada como "a capacidade que uma máquina tem para reproduzir competências semelhantes às humanas, como é o caso do raciocínio, o planejamento e a criatividade".[3] Através da inteligência artificial é possível reproduzir imagens de pessoas mortas, criando vídeos e imagens realistas, substituindo rostos pela sincronização de expressões faciais.

Quando essa nova forma de representação da imagem surgiu, impôs-se repercussões jurídicas importantes, principalmente no que se refere à tutela da imagem pós-morte, como no caso emblemático no Brasil em que uma montadora de carros reproduziu uma cantora da música popular brasileira já falecida em um de seus comerciais.

Na ocasião, muito se discutiu sobre a tutela jurídica da imagem de pessoas mortas, utilizadas em contextos que muitas vezes não representariam a vontade

[1] Conceituado por Rubens Limongi França (*apud* MORATO, Antonio Carlos. Quadro Geral dos Direitos de Personalidade. *R. Fac. Dir. Univ. São Paulo*. v. 106/107. p. 121-158. jan./dez. 2011/2012, p. 124) como "as faculdades jurídicas cujo objeto são os diversos aspectos da própria pessoa do sujeito, bem como seus prolongamentos e projeções".

[2] BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Dos direitos de personalidade. *In*: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). *Teoria Geral do Direito Civil*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 267.

[3] Artigo do Parlamento Europeu, disponível em: https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20200827ST085804/o-que-e-a-inteligencia-artificial-e-como-funciona

da pessoa caso ela estivesse viva e isso fez emergir uma série de questionamentos acerca da tutela da imagem pós-morte, no contexto de hiper-realidade das representações de imagens.

O direito à imagem tem uma perspectiva positiva e outra negativa. A primeira se refere à faculdade da pessoa em gerir a reprodução de sua imagem na forma que entender, já a segunda se refere ao direito da pessoa de se opor a uma reprodução sem a sua concordância. No contexto do pós-morte, ambas perspectivas se tornam impossíveis de serem realizadas ao menos que haja uma declaração prévia de vontade com disposições acerca do que pode ou não ser feito com a imagem da pessoa.

Walter Moraes conceitua imagem como:

> toda expressão formal e sensível da personalidade de um homem é imagem para o Direito. A ideia de imagem não se restringe, portanto, à representação do aspecto visual da pessoa pela arte da pintura, da escultura, do desenho, da fotografia, da figuração caricata ou decorativa, da reprodução de manequins e máscaras. Compreende, além, a imagem sonora da fonografia e da radiodifusão, e os gestos, expressões dinâmicas da personalidade.[4]

Para Uadi Lammêgo Bulos:

> Trata-se de uma noção ampla, que inclui os traços característicos da personalidade, fisionomia do sujeito, ar, rosto, boca, partes do corpo, representação do aspecto visual da pessoa pela pintura, pela escultura, pelo desenho, pela fotografia, pela configuração caricata ou decorativa. Envolve, também, a imagem física, a reprodução em manequins e máscaras, por meio televisivos, radiodifusão, revistas, jornais, periódicos, boletins, que reproduzem, indevidamente, gestos, expressões, modos de se trajar, atitudes, traços fisionômicos, sorrisos, aura, fama etc.[5]

Nas palavras de Antonio Chaves:

> Levamos nossa imagem conosco por toda a existência, selo, marca, timbre, reflexo indelével da nossa personalidade, com que nos chancelou a natureza, a revelar com olhos perscrutadores, tendências,

[4] MORAES, Walter. Direito à própria imagem I. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, ano 61, n. 443, setembro de 1972, p. 64, et seq.

[5] BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 146.

> qualidades, delicadeza de sentimentos, nobreza de espírito, ou, ao contrário, defeitos, cupidez, egoísmo, grosseria. Facilita a vida e prodigaliza uma cornucópia de venturas aos bem-aventurados de feições agradáveis, amaldiçoa, persegue, humilha os infelizes de semblante repulsivo.[6]

Trata-se de um direito subjetivo de natureza privada e absoluta; um direito personalíssimo, mas também com potencial de gerar bens de valor econômico através de seu exercício, resultando em indenização em caso de violação; é inalienável, irrenunciável e, em geral, não pode ser objeto de expropriação; não é transmissível por herança, embora em casos de falecimento ou ausência, o cônjuge, ascendentes ou descendentes possam legitimamente pleitear compensação; por fim, é imprescritível.[7]

Um aspecto importante do direito à imagem para o presente artigo se refere à preservação da imagem contra qualquer espécie de usurpação, falsificação, adulteração ou modificação,[8] isso porque a utilização de inteligência artificial para representar a imagem de uma pessoa em um contexto no qual provavelmente ela não estaria inserida, não deixa de ser uma usurpação dessa imagem, conforme veremos em item mais à frente.

No entanto, é importante que se ressalte de logo que o direito à imagem também contempla a preservação intelectual da imagem ou de sua identidade circunstancial, isto é, não basta a imagem física permanecer intacta, o contexto no qual a imagem está inserida também tem relevância para o direito.

No ordenamento jurídico brasileiro, o direito à imagem extingue-se com o falecimento da pessoa, existindo reflexos oriundos da lesão *post mortem*, tutelados pelo direito positivo, dando direito aos sucessores legais reclamarem comprovada ofensa, ensejando indenização por danos morais e materiais.

No entanto, com a inteligência artificial, algumas questões devem ser revisitadas, quanto ao direito à imagem de pessoas mortas. Isso porque, com as novas tecnologias, não há mais somente a reprodução de imagens anteriormente gravadas, mas a criação de um novo roteiro com a imagem da pessoa, possibilitando que ela esteja em comerciais, filmes, *shows* e que sua voz seja reproduzida proferindo frases nunca ditas.

---

6 CHAVES, Antônio. Direito à própria imagem. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, 1972, p. 537.

7 FANCIULLI NETTO, Domingos. A Proteção ao Direito à Imagem e a Constituição Federal. *Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, v. 16, n. 1, p. 1-74, jan./jul., 2004, p. 35.

8 MORAES, Walter. Direito à própria imagem I. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, ano 61, n. 443, setembro de 1972, p. 14.

Cada vez mais esse tipo de debate terá que ser levantado no direito civil, pois, se "com a teoria dos direitos de personalidade começou, para o mundo, nova manhã do Direito", com a "morte do real", o direito civil deve voltar suas atenções para as novas tecnologias que têm o potencial de impactar os bens jurídicos tutelados.

Contemporaneamente, a ideia de herança digital tem se tornado cada vez mais presente no direito das sucessões à medida que mais pessoas passaram a armazenar informações e bens digitais na nuvem e em outros dispositivos eletrônicos. Diante desse cenário, surge um questionamento relevante sobre como devem ser tratados esses ativos digitais após o falecimento do titular, considerando a natureza peculiar desse patrimônio.

Nesse contexto, vários aspectos cruciais da herança digital ganham destaque, tais como a necessidade de elaborar um testamento específico para os bens digitais, a importância de garantir o acesso às contas *on-line* e os desafios jurídicos associados a essa questão. É evidente que a discussão em torno da herança digital está em constante evolução, à medida que mais pessoas se deparam com essas questões complexas. Portanto, é fundamental que os indivíduos estejam cientes desses desafios e adotem medidas para assegurar que seus bens digitais sejam distribuídos de acordo com suas vontades após o falecimento.[9]

Diante de tal cenário, é preciso que se debata tanto o que fazer com os bens digitais, elaborando-se o arcabouço jurídico capaz de tutelar esses bens para o futuro, quanto o que fazer com os bens digitais de pessoas já falecidas, este último, objeto do presente artigo, principalmente no que concerne ao direito à imagem.

Alguns teóricos atribuem ao Direito Natural a natureza jurídica dos direitos de personalidade, como Rubens Limongi França,[10] enquanto outros salientam que os direitos de personalidade têm como natureza um direito subjetivo que tem um objeto inerente ao seu titular, que é a própria pessoa, coadunando o pensamento de Francisco Amaral.[11]

No presente artigo utilizaremos a visão jusnaturalista dos direitos de personalidade, fazendo uma relação entre os direitos de personalidade, os direitos e garantias fundamentais e os direitos humanos. Como consequência, os direitos de personalidade jamais poderão ser normatizados em um rol taxativo, pois tal postura iria contra sua própria natureza jurídica, fundada no Direito Natural.

---

9 LANA, Henrique Avelino, FERREIRA, Cinthia Fernandes. A herança digital e o direito sucessório: nuances da destinação patrimonial digital. *In*: *Revista Brasileira de Direito de Família*. IBDFAM, 2023.

10 FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos da personalidade – Coordenadas fundamentais. *Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*, v. 7, n. 4 , p. 37-50, 1993.

11 AMARAL, Francisco. *Direito civil*: introdução. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 285.

No entanto, embora o fundamento dos direitos de personalidade seja o direito natural, é preciso ter em mente qual o âmbito de proteção no direito positivado e, por isso, é importante destacarmos como o ordenamento jurídico brasileiro trata o direito à imagem.

3 O direito à imagem no ordenamento jurídico brasileiro

O direito à imagem constitui-se como um direito autônomo, positivado no ordenamento jurídico brasileiro, na atual Constituição Federal, nos artigos 5º, incisos V, X, XXVIII, alínea "a", tendo sido relegada à imagem uma tutela independente da ofensa ou não de outro direito da personalidade.

Ao reconhecer explicitamente o direito à imagem como um direito independente e autônomo, além de estabelecer a reparação por danos morais e materiais, a Constituição Federal de 1988 posicionou o ordenamento jurídico brasileiro como um dos mais avançados do mundo nessa questão, representando um marco histórico e uma fonte de referência para a legislação infraconstitucional nacional.[12]

Conforme apontado por Luiz Alberto David Araújo,[13] ao analisar a Constituição Federal de 1988, é possível identificar duas categorias de imagem no contexto jurídico brasileiro: a "imagem-retrato", vinculada à identidade física da pessoa (art. 5º, X), e a "imagem-atributo", que engloba o conjunto de características efetivamente projetadas socialmente por um indivíduo específico (art. 5º, V).

A noção de "imagem-atributo" evidencia a presença em nosso sistema jurídico de uma cláusula geral de proteção e promoção da pessoa humana, baseada na dignidade intrínseca do ser humano e garantidora do livre desenvolvimento da personalidade. Caso essa conceituação não fosse reconhecida, surgiria uma lacuna na proteção da personalidade. Certas situações relacionadas à pessoa poderiam ficar desprotegidas por não afetarem outros aspectos dessa natureza, como a honra, a intimidade ou a imagem-retrato.

A imagem-atributo é, para Oduvaldo Donnini e Rogério Ferraz Donnini,[14] o "retrato moral" do indivíduo, isto é, os atributos positivos e negativos das pessoas apresentados à sociedade. Portanto, podemos dizer que no caso concreto analisado posteriormente, há uma ofensa à imagem-atributo da pessoa.

---

12 FANCIULLI NETTO, Domingos. A Proteção ao Direito à Imagem e a Constituição Federal. *Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, v. 16, n. 1, p. 1-74, jan./jul., 2004, p. 34.

13 ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional da própria imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 31.

14 DONNINI, Oduvaldo; DONNINI, Rogério Ferraz. *Imprensa livre, dano moral, dano à imagem, e sua qualificação à luz do novo Código Civil*. São Paulo: Método, 2002, p. 80.

O direito à imagem-atributo visa proteger a verdade pessoal. Se a informação veiculada for verdadeira, sem manipulação, edição ou omissão que distorça seu significado, não há razão para considerar uma violação ao direito à imagem-atributo. Se a pessoa agiu de forma inconsistente com as características que cultivava, a mudança em sua imagem foi promovida por ela mesma. Nessas circunstâncias, não é possível invocar o direito à imagem-atributo.

Na realidade, o ser humano, em diversos contextos como o familiar, profissional ou de lazer, é frequentemente percebido de maneira específica pelo grupo social ao seu redor, com base em seu comportamento. Essas características que se manifestam podem ser tanto favoráveis quanto desfavoráveis, positivas ou negativas. O profissional, o membro da família, o político – todos têm uma imagem própria, distinta da imagem-retrato, da honra e dos demais direitos de personalidade.

Alguns teóricos denominam esse conceito de imagem como "imagem-qualificação", que se refere ao direito de não ser qualificado sem autorização ou de evitar que isso ocorra de maneira que não corresponda à verdade pessoal da pessoa. É exatamente nesse aspecto que se concentra o presente artigo, ao buscar proteger a imagem de pessoas falecidas contra o seu uso em contextos que não reflitam sua verdadeira essência pessoal.

É fundamental destacar que o conceito de imagem-qualificação se distingue da honra objetiva, pois enquanto a honra refere-se a conceitos sociais positivos, conforme um padrão médio de conduta, a imagem engloba tanto características positivas quanto negativas, ou mesmo neutras, desde que fielmente representem o comportamento social do indivíduo.

Regina Sahm, ao considerar os diversos elementos que compõem a imagem, incluindo aqueles referentes à chamada "imagem-qualificação", define o direito à imagem como:

> Conjunto de faculdades ou prerrogativas jurídicas cujo objeto é toda expressão formal e sensível da personalidade que individualiza a pessoa quer em sua expressão estática (figura), quer dinâmica (reprodução); assim como por meio da qualificação ou perspectiva, de acordo com sua verdade pessoal, (existencial), a imagem que faz de si (subjetivamente) e seu reflexo na sociedade (objetivamente), garantida a utilização exclusiva pelo titular, compreendendo a prevenção dos atentados sem prejuízo da indenização por danos causados.[15]

[15] SAHM, Regina. *Direito à imagem no direito civil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2002, p. 34.

O nosso Código Civil, também confere proteção específica à imagem quando ressalta que a divulgação só pode ser feita com o consentimento do titular, prevendo a possibilidade de indenização em caso de violação de tal consentimento. O artigo 20 do Código Civil traz o verbo "autorizar", explicitando a necessidade de consentimento do titular para a publicação, reprodução e utilização da imagem.

Existem situações específicas em que o consentimento para captura, reprodução e divulgação da imagem não é necessário, em prol de outros direitos fundamentais e do interesse público. Esses são os denominados "limites ao direito à imagem", no entanto, não serão abordados neste artigo.

Quanto às crianças e adolescentes, o ECA, em seu artigo 17, pontua: "o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica, e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais".

4 A proteção da imagem pós-morte

Conforme mencionado, a perspectiva atual sugere que o direito à imagem se encerra com a morte da pessoa, embora possa ser passível de mudanças e aprimoramentos diante das novas formas de reprodução da imagem. Kohler[16] argumenta que, após o falecimento do indivíduo, persiste um resíduo dos direitos da personalidade que pode ser exercido pelos herdeiros, incluindo o direito à imagem, continuando a produzir efeitos *post mortem* em favor deles.

Em contrapartida, Walter Moraes[17] defende que o direito à imagem se extingue com a morte do indivíduo, e surge um direito imaterial, distinto do direito à imagem, atribuído aos sucessores para proteger a imagem do falecido.

O artigo 12 do Código Civil estabelece que, no caso de falecimento do titular dos direitos da personalidade, o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau tem legitimidade para exigir a cessação de ameaças ou lesões a esses direitos, bem como para reclamar perdas e danos.

Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, a transmissibilidade direta do direito à imagem, mas, sim, a emergência de um novo direito, que é o de consentir ou não a reprodução, exposição ou venda do retrato, de titularidade dos herdeiros.

[16] KOHLER, Joseph. *A própria imagem no direito*. Tradução de Walter Moraes, versão datilografada, 1972, p. 37.
[17] MORAES, Walter. Direito à própria imagem I. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, ano 61, n. 443, setembro de 1972, p. 27.

Com o término do direito à imagem, surge um novo direito dos parentes próximos, permitindo a defesa da imagem do falecido, conforme disposto no artigo 20 do Código Civil. Esse novo direito também abrange o aspecto patrimonial da imagem.

Portanto, o direito à imagem possui tanto um aspecto moral quanto um aspecto patrimonial, conforme mencionado ao se descrever os atributos da imagem.

A necessidade de se repensar os aspectos que envolvem a tutela da imagem de pessoas mortas tem-se mostrado cada vez mais urgente diante das novas tecnologias, capazes de reproduzir fidedignamente rosto, corpo, gestos, voz e trejeitos das pessoas.

O fato de o Código Civil ter trazido os legitimados para a defesa da imagem de pessoas mortas, num primeiro momento poderia nos fazer entender que se tratava de um rol taxativo, no entanto, esse pensamento não coadunaria com a interpretação conforme a Constituição, sobretudo no que concerne ao aspecto familiar da questão, não se resumindo ao cônjuge, mas estendendo-se ao companheiro e companheira, aos parentes socioafetivos, devendo essa extensão abarcar as especificidades do caso concreto, como medida de justiça e equidade.

No próximo tópico, analisaremos um caso concreto que pôs em xeque as concepções acerca do direito à imagem de pessoas mortas, diante da inteligência artificial e da capacidade de novas tecnologias reproduzirem imagens de pessoas colocadas em contextos inusitados para a história de vida e personalidade delas.

5 Necessidade de regular o direito à imagem pós-morte. Caso concreto: Elis Regina e a Volkswagen

Um caso que proporcionou uma reflexão sobre o direito à imagem de pessoas mortas, envolve a cantora popular brasileira Elis Regina e a fabricante e montadora de automóveis Volkswagen.

Com o uso de inteligência artificial, a montadora reproduziu a imagem da cantora Elis Regina em um de seus comerciais, para celebrar os setenta anos da marca no Brasil. Na peça publicitária em questão, a cantora, que morreu em 1982, aparece dentro de uma Kombi, cantando a música “Como nossos pais” e dividindo os vocais com sua filha Maria Rita.

Para a confecção do comercial, foram mapeadas centenas de fotos e vídeos da cantora Elis Regina e, posteriormente aplicadas sobre a imagem de uma atriz, mas que, nas cenas ganhou as feições e o rosto da cantora falecida, pelo trabalho de inteligência artificial e *deepfake*.

Ao mesmo tempo em que trouxe respostas positivas, diante da união de mãe e filha no comercial, com as duas cantando juntas de forma inédita, houve também reações negativas quanto à utilização de inteligência artificial para representar alguém que já morreu.

Além disso, um ponto específico gerou uma série de críticas ao comercial, e esse ponto é crucial para o presente artigo, qual seja: a reprodução da imagem da cantora Elis Regina no comercial de uma empresa que esteve a favor da ditadura militar brasileira de 1964, quando a cantora era uma clara opositora ao regime ditatorial. Afora isso, os versos cantados no comercial são também de um cantor popular falecido, Belchior, e foram utilizados com fins lucrativos.

A Volkswagen realizou, em setembro de 2020, um acordo com o Ministério Público Federal no qual a montadora admitia que colaborou com o aparato repressivo aos seus trabalhadores durante a ditadura militar, comprometendo-se a indenizar seus ex-funcionários que sofreram violações dos direitos humanos durante o regime, além de financiar projetos de memória, pesquisa e fundos dedicados a questões relacionadas a violências cometidas durante o período da ditadura.[18]

Por outro lado, a cantora Elis Regina protagonizou a interpretação de diversas canções de afronta à ditadura militar, uma delas, usada no referido comercial da montadora alemã, qual seja: como nossos pais, composição do cantor Belchior, uma das mais famosas músicas de protesto que circulavam nacionalmente durante o período da ditadura civil-militar no Brasil.[19]

Diante disso, o comercial acabou gerando um questionamento sobre o uso da inteligência artificial para reproduzir pessoas mortas em situações inimagináveis caso elas estivessem vivas – mesmo que no caso da Elis Regina já tenha havido participação em eventos militares na ditadura, atribuídos por seus amigos como oriundos de chantagens.

No caso concreto, a cantora falecida é representada em conjunto com sua filha, sua herdeira e, portanto, legitimada a reclamar suposta ofensa à imagem de sua mãe, o que não faz sentido diante da concordância dela com o comercial; por isso que a questão da tutela da imagem que é levantada neste artigo não pode ficar restrita aos herdeiros, mas eventualmente ao Ministério Público, quando é um caso de relativa facilidade de se considerar a discordância do personagem reproduzido.

[18] SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; COSTA, Alessandra. A Volkswagen e a Ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. *Rev. Bras. Hist. 42* (89), jan.-apr., 2022, p. 142.

[19] ALMEIDA, Ivana Veloso de; SANTOS, Lorena Danielle. História e Música: uma reflexão sobre Elis Regina como voz de resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá-MT, vol. 9, n.1, jan./jul., 2021, p. 71.

Seria o mesmo caso de se reproduzir a imagem da cantora Rita Lee em uma publicidade de rodeio, evento que a cantora já repudiou publicamente por diversas vezes. Nesse sentido, não estariam nem mesmo os herdeiros legitimados a utilizarem a imagem da artista em algo que indubitavelmente feria seus princípios.

A questão principal relativa ao tema, portanto, é a proteção da imagem de pessoas falecidas, mesmo quando em discordância com os herdeiros, como acontece no caso citado em que claramente havia a concordância de uma herdeira ante a sua atuação em conjunto na peça publicitária.

Uma solução daqui para frente e que certamente evitaria a maioria dos problemas similares ao aludido é, sem dúvida, a inclusão dos bens digitais e da utilização de imagem por meio de inteligência artificial em testamentos, embora este tenha conteúdo patrimonial e a intenção aqui seja a de proteger a imagem não só no aspecto comercial, mas principalmente nele.

A polêmica em torno do comercial foi tanta que já houve a apresentação de um projeto de lei no Senado Federal,[20] buscando disciplinar e estabelecer regras para a utilização de imagens e recursos de pessoas, especialmente quando se tratar das já falecidas.

De acordo com o projeto de lei, o uso da imagem de uma pessoa falecida por meio de inteligência artificial só será permitido com o consentimento prévio e expresso da pessoa em vida ou dos familiares mais próximos. Tal permissão deve ser dada de forma clara, inequívoca e devidamente documentada, especificando os objetivos a serem alcançados com o uso das imagens e áudios.

No entanto, embora seja de extrema importância o debate a ser realizado no Congresso Nacional, com a participação de entidades da sociedade civil, tal proposta não resolve a questão, isso porque, se usarmos como exemplo o caso tratado no presente artigo, quando faleceu, em 1982, a cantora Elis Regina sequer poderia imaginar que seria possível reproduzir sua imagem de uma forma tão real.

Ademais, como exposto no presente artigo, não parece que deixar a tutela dos direitos de personalidade nas mãos dos herdeiros da pessoa falecida possam efetivamente proteger a memória dessas pessoas.

Ainda, não há dúvidas de que as disposições de última vontade quanto à imagem e demais conteúdos digitais são uma solução para ponderar a vontade dessas pessoas quando surge uma questão concreta de difícil solução, mas também há que se considerar a possibilidade de um desenvolvimento ainda maior de tecnologias que sequer conseguimos imaginar atualmente. Desta forma, certamente não é uma questão de simples resolução.

[20] Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/20/elis-regina-recriada-por-ia-motiva-projeto-para-uso-de-imagem-de-pessoas-mortas#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20PL,ou%20dos%20familiares%20mais%20pr%C3%B3ximos

6 Conclusão

Em síntese, o direito deve estar atento às novas questões sociais que tenham o potencial de interferir na tutela dos direitos de personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos. Com o advento de novas tecnologias, através do uso de inteligência artificial para reproduzir a imagem de pessoas mortas como se vivas estivessem, o direito à imagem ganha uma nova e complexa dimensão, fazendo emergir uma série de questionamentos éticos que envolvem o tema abordado.

Hoje, é possível criar conteúdos audiovisuais, com vídeos e áudios, nos quais as pessoas aparecem fazendo ou dizendo coisas que na realidade nunca disseram ou fizeram, pronunciando discursos falsos ou em contextos que não condizem com a personalidade da pessoa reproduzida através de inteligência artificial, isso com um nível de realismo tal que facilmente confunde o espectador.

Esse tipo de tecnologia é usado em contextos de disputas eleitorais, com a intenção de ludibriar o eleitor, mas também pode ser usada em outros contextos, como em peças publicitárias para divulgação de um produto ou comemoração de uma marca, como foi o caso do comercial de comemoração dos 70 anos da Volkswagen no Brasil, em que, através do recurso da inteligência artificial, recriou-se a imagem da cantora Elis Regina, falecida em 1982, cantando com sua filha, a também cantora Maria Rita.

A peça publicitária gerou uma série de discussões éticas sobre a utilização da imagem de pessoas falecidas em contextos em que possivelmente não se realizariam caso a pessoa ainda estivesse viva. No caso concreto, a Volkswagen fez um acordo com o Ministério Público Federal para reparar a perseguição realizada pela empresa aos seus então trabalhadores no contexto da ditadura civil-militar iniciada em 1964 no Brasil.

É pública a divergência ideológica da cantora Elis Regina com a ditadura civil-militar brasileira, sendo ela uma das maiores intérpretes de canções consideradas como hinos de resistência ao regime, uma delas, denominada "Como nossos pais", de autoria do cantor e compositor Belchior, também opositor ao regime, é utilizada na peça publicitária, levantando mais questionamentos éticos em torno do tema.

Atualmente, no regramento jurídico brasileiro, a utilização da imagem de pessoas mortas com fins comerciais deve ter a autorização de seus herdeiros, mas a questão abordada no artigo se refere à possibilidade de estender tal autorização a depender do caso concreto, afirmando que o rol trazido pelo Código Civil seria meramente exemplificativo, possibilitando que haja a sua ampliação para facilitar a defesa dos direitos de personalidade da pessoa falecida.

Ainda, emerge nos debates jurídicos brasileiros a necessidade de regular a herança digital, que difere do caso abordado no artigo, mas evidencia a preocupação com os bens digitais, devendo cada vez mais serem incluídos em disposições de última vontade das pessoas.

No entanto, o caso abordado pelo artigo tem uma complexidade maior, porque trata de pessoas já falecidas, muitas vezes falecidas em um contexto no qual as tecnologias digitais eram pouco desenvolvidas – como no caso da cantora Elis Regina, falecida em 1982 –, e que não tinham ideia de que a inteligência artificial se desenvolveria a tal ponto de praticamente "ressuscitarem" essas pessoas.

Obviamente, as pessoas que faleceram no aludido contexto, não poderiam decidir ou dispor sobre algo que sequer existia, de forma que é preciso que se utilize ponderações éticas para realizar a tutela do direito à imagem no caso referido e, conforme dito, essa tutela não será plena se deixada apenas nas mãos de seus herdeiros.

Restou claro ao longo deste artigo que as novas tecnologias que utilizam inteligência artificial, destacadamente as *deepfakes* se consubstanciam em uma ameaça aos direitos de personalidade, direitos fundamentais e direitos humanos e, portanto, demandam um esforço conjunto entre teóricos para formular novas regulamentações a fim de tutelar tais direitos.

O presente artigo não tem a intenção de esgotar o tema, mas tão somente de propiciar as reflexões iniciais acerca das dificuldades que envolvem as novas tecnologias ante o direito, de forma que se acredita na necessidade de que demais teóricos do direito se debrucem sobre o tema.

Por fim, também não tem o presente artigo a intenção de formar um juízo de valor acerca das novas tecnologias que utilizam inteligência artificial, mas, ao contrário, o de debater a necessidade de regular o mundo real e virtual pelo direito, visando a tutela do direito das pessoas, no caso do artigo, a tutela de direitos de personalidade, principalmente do direito à imagem.

Referências

ALMEIDA, Ivana Veloso de; SANTOS, Lorena Danielle. História e Música: uma reflexão sobre Elis Regina como voz de resistência durante a ditadura civil-militar no Brasil. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá-MT, vol. 9, n. 1, jan./jul., 2021.

AMARAL, Francisco. *Direito civil*: introdução. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional da própria imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Dos direitos de personalidade. *In*: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). *Teoria Geral do Direito Civil*. São Paulo: Atlas, 2008.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CHAVES, Antônio. Direito à própria imagem. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, 1972. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66643

CHAVES, Antônio. *Tratado de direito civil*. T. 1., v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

DONNINI, Oduvaldo; DONNINI, Rogério Ferraz. *Imprensa livre, dano moral, dano à imagem, e sua qualificação à luz do novo Código Civil*. São Paulo: Método, 2002.

FANCIULLI NETTO, Domingos. A Proteção ao Direito à Imagem e a Constituição Federal. *Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva*, v. 16, n. 1, p. 1-74, jan./jul., 2004.

FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos da personalidade – Coordenadas fundamentais. *Revista da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*, v. 7, n. 4, p. 37-50, 1993. Acesso em: 28 jun. 2024.

KOHLER, Joseph. *A própria imagem no direito*. Tradução de Walter Moraes. Datilografada, 1972.

LANA, Henrique Avelino; FERREIRA, Cinthia Fernandes. A herança digital e o direito sucessório: nuances da destinação patrimonial digital. *In*: *Revista Brasileira de Direito de Família*. IBDFAM, 2023. Disponível em: https://ibdfam.org.br/artigos/1989/A+heran%C3%A7a+digital+e+o+direito+sucess%C3%B3rio%3A+nuances+da+destina%C3%A7%C3%A3o+patrimonial+digital

MORAES, Walter. Direito à própria imagem I. São Paulo. *Revista dos Tribunais*, ano 61, n. 443, setembro de 1972.

MORATO, Antonio Carlos. Quadro Geral dos Direitos de Personalidade. *R. Fac. Dir. Univ. São Paulo*. v. 106/107. p. 121-158. jan./dez. 2011/2012.

SAHM, Regina. *Direito à imagem no direito civil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; COSTA, Alessandra. A Volkswagen e a Ditadura: a colaboração da montadora alemã com a repressão aos trabalhadores durante o regime civil-militar brasileiro. *Rev. Bras. Hist*. 42 (89), jan.-apr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n89-08

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SOUSA, Caroline Miceli Maciel de. A imagem formada através de inteligência artificial como objeto de tutela do direito civil. *Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil*, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, p. 277-292, abr./jun. 2025. DOI: 10.33242/rbdc.2025.02.012

Recebido em: 05.08.2024
Aprovado em: 11.12.2024